

Índice

Parte I	13
Constituição da República Portuguesa (CRP).....	15
Lei Geral Tributária (LGT)	21
Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).....	111
Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)	267
Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) ...	329
Regime Jurídico da Arbitragem Tributária (RJAT)	363
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária	387
Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)	391
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II)	519
Código Fiscal do Investimento (CFI)	525
Legislação Complementar (LC)	565
Regime aplicável às Startups e Scaleups (Lei n.º 21/2023, de 25 de maio).....	567
Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho)	572
Regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) (Portaria n.º 297/2015, de 21 de setembro)	580
Códigos de Atividade Económica (CAE) correspondente às atividades económicas compreendidas em projetos de investimento produtivo previstos no Código Fiscal do Investimento (Portaria n.º 282/2014, de 30 de dezembro)	587
Parte II	589
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)	591
Artigo 115.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro - OE 2025 (Prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço)	805
Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro (Prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho)	806
Portaria n.º 1011/2001, de 21 de agosto (Tabela de atividades do artigo 151.º do CIRS)	809
Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (CRCSPPS)	813
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).....	913

Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2022/2523, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União (Pilar 2)	1153
Regime das Depreciações e Amortizações (Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro)	1237
Preços de Transferência (PT)	1269
Portaria n.º 268/2021, de 26 de novembro	1271
Portaria n.º 1446-C/2001, de 21 de dezembro	1297
Portaria n.º 267/2021, de 26 de novembro	1301
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro) (PF)	1313
Legislação Complementar (LC)	1317
Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2024 (Portaria n.º 288/2024/1, de 7 de novembro)	1319
Regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola (Artigo 240.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro - OE 2024)	1321
Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira (Portaria n.º 318/2021, de 24 de dezembro)	1322
Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Decreto Regulamentar n.º 13/2018, de 28 de dezembro)	1326
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações (“Tonnage Tax”), regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo simplificado de navios e embarcações (Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro)	1328
Custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas (Portaria n.º 467/2010, de 7 de julho)	1345
Parte III	1347
Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)	1349
Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)	1547
Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)	1581
Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)	1691
Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)	1793
Código e Tabela Geral do Imposto do Selo (CIS e TGIS)	1855
Código do Imposto Sobre Veículos (CISV) e Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)	1921

Legislação Complementar (LC)	1999
Alteração em sede de imposto do selo (Artigo 242.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro - OE 2023)	2001
Tributação de bens para produção agrícola e animais de companhia (Lei n.º 10-A/2022, de 28 de abril)	2002
Taxas de carbono sobre as viagens aéreas e marítimas (Portaria n.º 38/2021, de 16 de fevereiro)	2004
Regimes especiais do imposto sobre o valor acrescentado aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, efetuem vendas à distância e determinadas transmissões internas de bens – Balcão Único - OSS (Anexo I a que se refere o artigo 6.º da Lei n.º 47/2020, de 24 de agosto)	2014
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA (Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro)	2024
Regulamentação do modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte (Portaria n.º 161/2013, de 23 de abril)	2042
Regulamentação do pedido de reembolso do IVA e acesso ao regime de reembolso mensal (Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho)	2046
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado Membro de reembolso (Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto)	2054
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro)	2063
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA (Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho)	2073
Isenção de IVA em vendas superiores a 1000 €, por fatura, efetuadas por um fornecedor a um exportador que possua no território nacional sede, estabelecimento estável, domicílio ou um registo para efeitos do IVA (Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho)	2084